

RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS

2015

Fundação Museu Nacional Ferroviário
Armando Góes Machado



SÍNTESE DO ANO	3
RESULTADOS DO EXERCÍCIO DE 2015	
Instalação e inauguração do museu	4
Organização interna do museu	5
Comunicação	5
Exposições temporárias	6
Outras atividades	7
Público	8
Núcleos museológicos	8
Eventos e rentabilização de espaços	9
Centro nacional de documentação ferroviária	10
INVESTIMENTOS	
Programas Comunitários e Nacionais	11
RECURSOS HUMANOS	12
RESULTADOS E ESTRUTURA PATRIMONIAL	
Execução do programa de Investimentos	14
Evolução dos investimentos ao longo do Último triênio	14
Financiamento do investimento Executado	15
RELATÓRIO DE GESTÃO	
Análise Económica	15
Análise Financeira	18
Apreciação Global	18
PRINCÍPIOS DE BOM GOVERNO	
Missão, Objetivos e Princípios Gerais de Atuação	19
Estruturas de Administração e Fiscalização	20
Prevenção de Conflito de Interesses	21
Princípios Relativos à divulgação de informação	21
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	
Balança	22
Demonstração dos Resultados por Natureza	23
Demonstração das Alterações no Fundo Patrimonial	24
Demonstração das Alterações no Fundo Patrimonial Individuais	25
Demonstração de Fluxos de Caixa	26
Anexo	27

SÍNTESE DO ANO

O ano de 2015 fica indelévelmente marcado pela inauguração do Museu Nacional Ferroviário na cidade do Entroncamento.

Inaugurado em 18 de maio de 2015, o Museu Nacional Ferroviário vem contribuir para a requalificação urbana do espaço na cidade do Entroncamento bem como para a qualificação da Região Centro em termos de Oferta Cultural e Turística. De abrangência nacional, este Museu vem dotar Portugal de um equipamento único no respeitante à temática ferroviária e à divulgação e promoção do património ferroviário português, à semelhança do que já acontece da maioria dos países europeus.

O exercício dos primeiros cinco meses do ano corresponderam a uma forte fase de investimento, tendo em vista a implementação do museu. Decorrido este período, iniciou a fase de exploração. Esta nova fase exigiu uma rápida resposta do MNF no respeitante à criação de serviços, programação cultural e novos produtos, por forma a responder às exigências, necessidades e expectativas do público.

Pretende-se fomentar a proximidade e o envolvimento entre o público e o museu, indo ao encontro de diferentes interesses, expectativas e motivações. Pretende-se apresentar o património ferroviário nacional, contar a história dos caminhos de ferro em Portugal, mas também proporcionar outras e diferentes formas de lazer, através de programação diversificada e experiências dirigidas aos vários segmentos de público.



RESULTADOS DO EXERCÍCIO DE 2015

INSTALAÇÃO E INAUGURAÇÃO DO MUSEU

O ano de 2015 fica fortemente marcado pela conclusão da primeira fase da instalação do Museu Nacional Ferroviário no Entroncamento, cuja inauguração oficial ocorreu no dia 18 de maio de 2015, Dia Internacional dos Museus e abertura ao público no dia seguinte, 19 de maio. Atualmente, o espaço expositivo interior e exterior ocupa uma área de cerca de 4,5 hectares, no Complexo Ferroviário do Entroncamento, o que torna o Museu Nacional Ferroviário num dos museus portugueses com maior dimensão.

Para a concretização deste projeto foi necessário desenvolver atividades de diversa natureza. Destacamos as que nos parecem de maior relevância:

- **Conclusão física e encerramento administrativo da empreitada de construção civil** relativa à recuperação e adaptação para fins museológicos dos edifícios **Naves 14 e 15 das Oficinas do Vapor**.
- **Conclusão física e encerramento administrativo da empreitada de Arranjos Exteriores ao Edifício do Ex-Armazém de Viveres (Fase 1) e envolvente às oficinas 14 e 15 (Fase 2)**
- **Constituição de Grupo de Trabalho** para a elaboração/conclusão dos conteúdos textuais que integram a exposição permanente do museu. Este grupo de trabalho integrou elementos das empresas CP-Comboios de Portugal e Infraestruturas de Portugal; Entusiastas dos Caminhos-de-ferro e elementos da Academia;
- **Revisão, atualização e conceção do Programa Museográfico;**

- **Elaboração, conclusão e execução dos Programas Museológico e Museográfico** para as Naves 14 e 15 das Oficinas do Vapor;
- **Concepção, construção e implementação da loja do museu;**
- **Conclusão do processo de inventário museológico** referente às peças que integram a exposição permanente;
- **Conclusão do processo de restauro** das peças que integram a exposição permanente;
- **Implementação e teste do *software* de bilhética e gestão de loja.**
- **Desenvolvimento e implementação do projeto de sinalética de orientação;**
- **Desenvolvimento e implementação de projeto de sinalética de emergência;**
- **Desenvolvimento e implementação do projeto de Medidas de Autoproteção e Plano de Segurança**, o que incluiu a realização de simulacro.
- **Desenvolvimento da Programação MNF 2015, nomeadamente criação de guiões de visitas orientadas, temáticas e atividades direcionadas para os diversos públicos.**

ORGANIZAÇÃO INTERNA DO MUSEU

Resultado de um projeto longo e complexo, a estrutura interna do museu não se encontrava preparada para responder às necessidades diárias de um equipamento nacional aberto ao público. Por este motivo foi necessário desenvolver, entre outras, as seguintes atividades:

- Conclusão e implementação do “Manual interno da organização”;
- **Implementação do Serviço ao Cliente, incluindo a constituição da equipa de Unidade de Atendimento, responsável pelo acolhimento e orientação de visitantes.**
- Desenvolvimento e execução de fardamento para Unidade de Atendimento ao Público;
- Formação interna destinada aos elementos que integram a Unidade de Atendimento ao Público.

COMUNICAÇÃO

De forma a dar resposta às necessidades imediatas de comunicação do museu foi necessário desenvolver conceitos base de comunicação, desenvolver e implementar os respetivos instrumentos. Destacamos as seguintes atividades:

- Definição de layout gráfico para os materiais promocionais;
- Desenvolvimento e execução dos seguintes materiais de comunicação:
 - Brochura institucional;
 - Folheto de grande distribuição;
 - Desdobrável “Programação”;
 - Poster A4;
 - Folheto de orientação no Complexo museológico;
 - Reestruturação do website do museu [www.fmnf.pt];
 - Dinamização do Facebook do MNF através de várias iniciativas, entre outras, passatempos.
 - Divulgação do museu junto de vários públicos, nomeadamente escolar, famílias, associações de diversos carizes, entusiastas do caminho-de-ferro, público internacional, entre outros.



EXPOSIÇÕES TEMPORÁRIAS

Tendo em vista uma oferta cultural diversificada, a equipa do Museu Nacional Ferroviário considerou relevante que, aquando da inauguração, integrasse a Programação um conjunto de exposições temporárias:

RAIL MODEL

Exposição de ferromodelismo, patente ao público de 23/5 a 5/7/2015.

ALGUMAS RAZÕES PARA UMA ARTE NÃO DEMISSIONÁRIA

Exposição *in situ* apresentada por coletivo de artistas que explorou os conceitos de Arte, Energia e Circulação, patente ao público de 18/5 a 31/7/2015.

LAND/SITE SPECIFIC ART

Exposição de arte contemporânea do coletivo de artistas P28 – Pedro Cabral Santo, Paulo Mendes, Susana Anágua, Sandro Resende – constituída por uma rota de 9 objetos artísticos que percorrem toda a área ao ar livre, patente ao público de 18/5 a 31/12/2015.



OUTRAS ATIVIDADES

Durante o ano de 2015, para além das exposições temporárias, o Museu Nacional Ferroviário desenvolveu outras atividades destinadas ao público:

CIRCUITO DE MODELISMO TRIPULADO

Construção do circuito de modelismo tripulado tendo em vista a criação de novo serviço destinado ao público. Para além de ser utilizado por modelo pertencente ao Museu Nacional Ferroviário pretende-se implementar a modalidade de “Clube” e poderá ser utilizado por proprietários privados de modelos ferroviários.

DIA ESPECIAL ENTRONCAMENTO - 24.5.2015

Dia Especial dedicado a todos os que residem no Concelho do Entroncamento e que desejaram passar o seu Domingo no novo museu da Cidade. Das 10h30 às 21h00 o Museu esteve de portas abertas, gratuitamente, com diversas atividades como debates temáticos, viagens de quadriciclo e um concerto de encerramento.

CINE-RAIL - DE 5.9.2015 A 19.12.2015 - 6 SESSÕES

Ciclo de cinema que decorreu no espaço da Carruagem Auditório, oferecendo uma seleção de longas-metragens que lançam um olhar sobre o comboio e o caminho-de-ferro, pontos de partida de muitas histórias e mitos.

JORNADAS EUROPEIAS DO PATRIMÓNIO - 25.9.2015-27.9.2015

Promovidas anualmente pela UNESCO, e neste ano dedicadas ao “Património Industrial e Técnico, o Museu Nacional Ferroviário realizou diversas atividades como a **Primeira Maratona Fotográfica MNF**, **sessão de cinema**, **pedipaper “Traincatcher”** e uma **conversa informal sobre viagens de comboio com o escritor Mateus Brandão**.

PROGRAMAÇÃO ESPACIAL NATAL - 19.12.2015



PÚBLICO

Tendo o Museu Nacional Ferroviário, no Entroncamento, inaugurado em 18 de maio, em 31 de dezembro de 2015 totaliza cerca de 7 (sete) meses de exploração. A 31 de dezembro o MNF foi visitado por 13.727 pessoas, destes 328 são estrangeiras.

No respeitante aos dados gerais, que integram os Núcleos museológicos em atividade, o Museu Nacional Ferroviário recebeu em 2015 36.898 visitantes.

NÚCLEOS MUSEOLÓGICOS

A gestão da maior parte dos núcleos que guardam a coleção aí depositada está regulada por protocolos de gestão partilhada entre a FMNF e os Municípios. Caso do núcleo museológico ferroviário de Arco de Baúlhe (Município de Cabeceiras de Basto – 14 abril 2007); do núcleo museológico de Bragança (Câmara Municipal de Bragança – 30 abril 2007); do núcleo museológico de Chaves (Município de Chaves – 29 maio 2007); dos núcleos museológicos de Lousado e Nine (Município de Vila Nova de Famalicão – 22 fevereiro 2008); e do núcleo museológico de Macinhata do Vouga e depósito de Sernada do Vouga (Município de Águeda – 17 novembro 2011). Em termos genéricos, os Municípios assumiram a gestão corrente dos núcleos, cabendo à FMNF a gestão da coleção. Por protocolar os Núcleos de Lagos e Valença.



EVENTOS E RENTABILIZAÇÃO DE ESPAÇOS

EVENTO IP - 5.6.2015

PRIVADO | cerca de 2500 participantes | *Naves 14 e 15*

ENCONTRO HERITY - 22.9.2015

PÚBLICO | 30 participantes | *Sala do Comboio Real*

REUNIÃO REVISTA "TRAINSPOTTER" - 18.10.2015

PRIVADO | 16 participantes | *Comboio Presidencial*

REUNIÃO APNCF - 27.11.2015

PRIVADO | 20 participantes | *Sala do Conselho de Administração*

CONVÍVIO E ALMOÇO "PORTUGAL FERROVIÁRIO" - 13.12.2015)

PRIVADO | 30 participantes | *Carruagens Restaurante*

REUNIÃO GERAL E JANTAR DE NATAL SIMEF - 18.12.2015)

PRIVADO | 70 participantes | *Sala do Comboio Real e Comboio Presidencial*

ALMOÇO DE NATAL CEC - 12.12.2015

PRIVADO | 70 participantes | *Sala da Luz*

SESSÃO FOTOGRÁFICA MO - 7.12.2015

PRIVADO | *Espaço exterior - Naves 14 e 15 - Comboio Presidencial*

CENTRO NACIONAL DE DOCUMENTAÇÃO FERROVIÁRIA

O Centro Nacional de Documentação Ferroviária conserva, mantém e disponibiliza ao público os Fundos Documentais à guarda da Fundação.

Em 2015, a documentação mais consultada inclui os Fundos Arquivísticos da Direção Fiscal de Exploração dos Caminhos de Ferro e dos Caminhos de Ferro do Estado, da propriedade do Instituto da Mobilidade e Transporte, IP, bem como os arquivos históricos das companhias ferroviárias extintas, nomeadamente Companhia Real dos Caminhos de Ferro, Comité de Paris, Empresa Construtora dos Caminhos de Ferro do Norte e Leste, Companhia do Caminho de Ferro do Porto à Póvoa e Famalicão, Companhia dos Caminhos de Ferro de Guimarães, Companhia dos Caminhos de Ferro do Norte de Portugal, Sociedade de Exploração de Caminhos de Ferro no Norte de Portugal, Companhia dos Caminhos de Ferro da Beira Alta, Companhia Portuguesa para a Construção e Exploração de Caminhos de Ferro, Caminho de Ferro do Leste e Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses, transferidos da CP – Comboios de Portugal, E.P.E., para a Fundação.

Para a disponibilização dos Fundos ao público são essenciais as atividades desenvolvidas no âmbito do Serviço de Referência e do Serviço de Sala de Leitura.

O Serviço de Referência consiste em proporcionar aos utilizadores a informação e assistência necessárias à boa utilização dos fundos documentais, facilitar o acesso à informação e a recuperação da mesma, Reencaminhar os utilizadores para outros serviços de documentação sempre que não seja possível dar resposta às suas necessidades e aceitar e processar os pedidos de reprodução de documentos (impressão, digitalização ou fotocópias).

O Serviço da Sala de Leitura consiste em aceitar e processar os pedidos de consulta presencial, disponibilizar os documentos para a Sala de Leitura (mediante o email ou contato telefónico por parte do utilizador, o seu pedido é analisado e é reunida a informação solicitada sendo dado conhecimento ao utilizador da sua existência ou da falta dela) e em prestar todo o apoio e esclarecimentos solicitados pelos utilizadores durante o processo de consulta dos documentos.

No ano 2015 os utilizadores foram fundamentalmente as empresas do setor ferroviário, autarquias e investigadores e estudantes universitários.

RESULTADOS	
N.º Total de atendimentos:	138
N.º Total de pedidos contextualizados na coleção:	71
N.º Total de ocupação da sala de leitura:	296
Total de horas despendidas no atendimento ao público:	434 /1 pax

INVESTIMENTOS

1. PROGRAMAS COMUNITÁRIOS E NACIONAIS

a. Projetos Europeus de cooperação

LO-CLOUD - LOCAL CONTENT IN A EUROPEANA CLOUD.

PROJETO DO PROGRAMA DA COMISSÃO EUROPEIA CIP-COMPETITIVENESS AND INNOVATION PROGRAMME - BEST PRACTICE NETWORK.

O LoCloud, com a duração de 36 meses, consiste numa Rede de Boas Práticas. O consórcio é constituído por 33 parceiros de 25 países europeus, tendo um cofinanciamento de 80%, incluindo custos com recursos humanos.

O LoCloud assenta no trabalho feito no projeto EuropeanaLocal, do qual a FMNF foi parceira, e, aos 5 milhões de conteúdos digitais colocados na Europeana, pretende-se agora acrescentar mais 4 milhões, aumentando a diversidade e riqueza dos conteúdos digitais disponíveis na mesma. Para o conseguir, o LoCloud vai explorar a infraestrutura Cloud para disponibilizar serviços e instrumentos que ajudem a reduzir os requisitos tecnológicos para as pequenas e médias entidades culturais e facilitar a agregação de conteúdos digitais, em toda a Europa. A FMNF participa com os conteúdos digitais do inventário museológico, conteúdos estes que se encontram a ser preparados pelo serviço responsável. O projeto encerra em fevereiro de 2016. Do trabalho realizado em 2015 destaca-se a continuação dos registos no Inventário Museológico no software especializado por o efeito.

b. Projetos com financiamento QREN - Programa Operacional MaisCentro

MUSEU NACIONAL FERROVIÁRIO - REMODELAÇÃO DO EX-ARMAZÉM DE VIVERES (INCLUI NAVE 13 DA OFICINA DE VAPOR)

Projeto enquadrado no Programa de Ação para a Regeneração Urbana da Cidade do Entroncamento, aprovado em Junho de 2009 e PIT - Programa de Intervenção no Turismo, cuja candidatura foi submetida em Outubro de 2009, tendo o Contrato de Concessão de Apoio Financeiro sido assinado em Agosto de 2010. O contrato de financiamento com o Programa Operacional MaisCentro foi assinado em Outubro de 2010.

Durante o ano de 2014 foi encerrado o processo de encerramento da Empreitada e foi dada continuidade ao trabalho de museografia e desenvolvimento e instalação de tecnologias. O relatório final do projeto foi submetido ao Programa MaisCentro em Outubro de 2015.

RECUPERAÇÃO DAS OFICINAS 14 E 15 E CIRCUITOS

Projeto inicialmente integrado no Programa de Cooperação Estratégica "O Património Ferroviário Nacional: O Turismo Científico e Cultural como Produto Estratégico" submetido ao QREN - Programa Mais Centro em Julho de 2010 e aprovado em Outubro do mesmo ano.

A operação "Recuperação das Oficinas 14 e 15 e Circuitos foi submetida para apreciação em 2011, contudo, tornou-se necessário ajustar, elaborar e submeter nova candidatura em 2012. A nova operação foi aprovada em Dezembro de 2012.

Este projeto inclui a recuperação das Naves 14 e 15 da Oficina do Vapor, o que permitiu aumentar a área expositiva do museu bem como expor, em área coberta, vários veículos que constituem parte da coleção patrimonial de material circulante da FMNF.

O ano de 2013 é marcado pelo início da execução do contrato de empreitada, em Outubro de 2013. O relatório final do projeto foi submetido ao Programa MaisCentro em Outubro de 2015.

RECURSOS HUMANOS

O ano de 2015 foi um ano de profunda reestruturação interna da Fundação Museu Nacional Ferroviário (FMNF), fruto não só da decisão de encerramento do Centro de Documentação Ferroviária (CD) em Lisboa, como também da abertura ao público do Museu Nacional Ferroviário (MNF). Tal remodelação conduziu inevitavelmente a uma reorganização dos seus Recursos Humanos, de forma a adequá-los à nova estrutura interna, acarretando movimento, contratação e saída de colaboradores. Dado o momento crucial em que se encontrava o projeto “Museu Nacional Ferroviário” houve que capacitar elementos já integrados no projeto, integrando-os formalmente na estrutura da organização como colaboradores.

Para efeitos deste relatório são considerados todos os trabalhadores que auferem remuneração da FMNF ou da CP – Comboios de Portugal EPE.

Em 31 de dezembro de 2015, a FMNF dispunha de 32 colaboradores, registando uma redução de 7 colaboradores em relação à mesma data do ano transato. A tabela seguinte expressa essa redução de Recursos Humanos por Grupo Profissional.

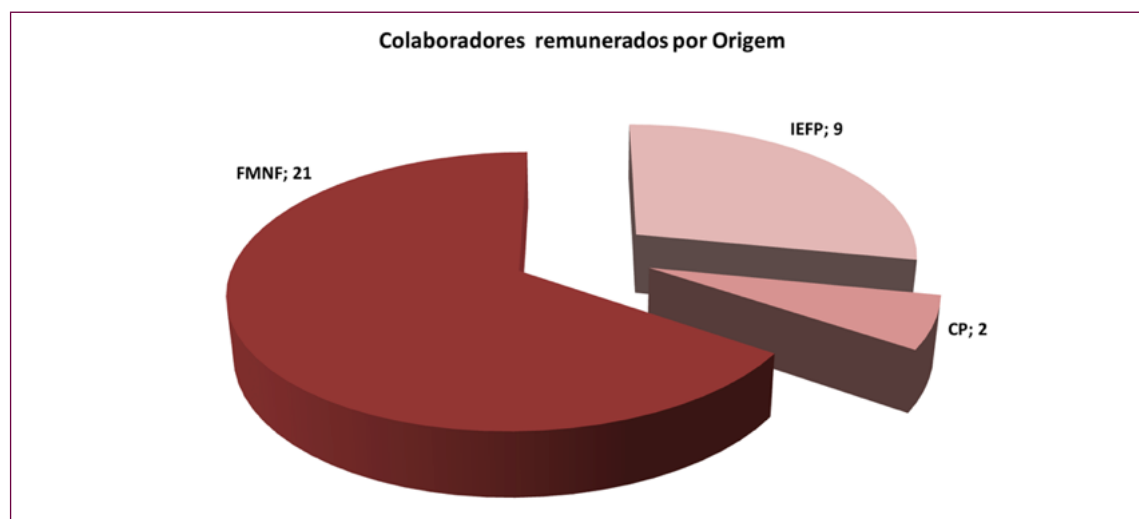
<i>Grupo Profissional</i>	<i>2014</i>	<i>2015</i>
Administradores e Membros de Conselho	2	2
Técnicos	9	5
Administrativos	9	12
Operários	14	9
Auxiliares	5	4
Total	39	32

ELABORADO POR: GRHF

Com a decisão de encerramento do CD em Lisboa, foi deliberado a transferência de todos os seus colaboradores para a Sede da Fundação no Entroncamento. Dois Técnicos e um Assistente Administrativo não aceitaram tal transferência, tendo saído os mesmos da FMNF por acordo mútuo. As outras saídas do pessoal Técnico corresponderam à saída da Coordenadora do Museu Nacional Ferroviário e ao término do contrato em Programa de Apoio e Inserção do Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP).

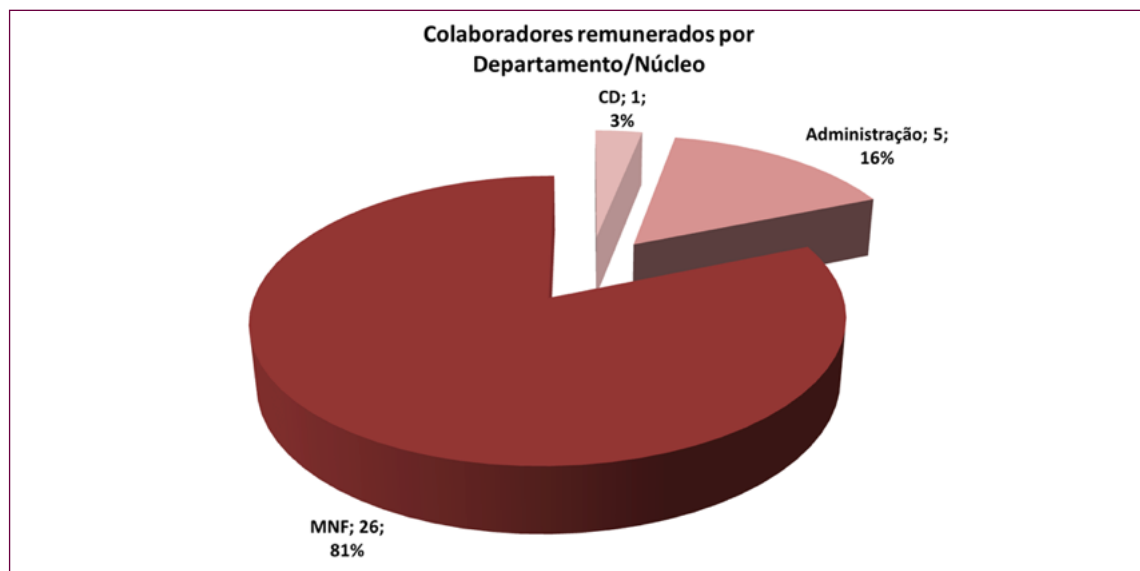
No grupo profissional dos Administrativos, é de destacar um aumento considerável em relação ao ano de 2014 devido à necessidade de reforço dos Recursos Humanos para o funcionamento do MNF.

Nos restantes grupos profissionais houve uma diminuição dos colaboradores muito devido a um maior fluxo de saída por término de contratos em Programa de Apoio e Inserção do IEFP, especialmente na categoria dos Operários onde deixou de existir tanta necessidade de mão-de-obra devido à abertura do MNF.



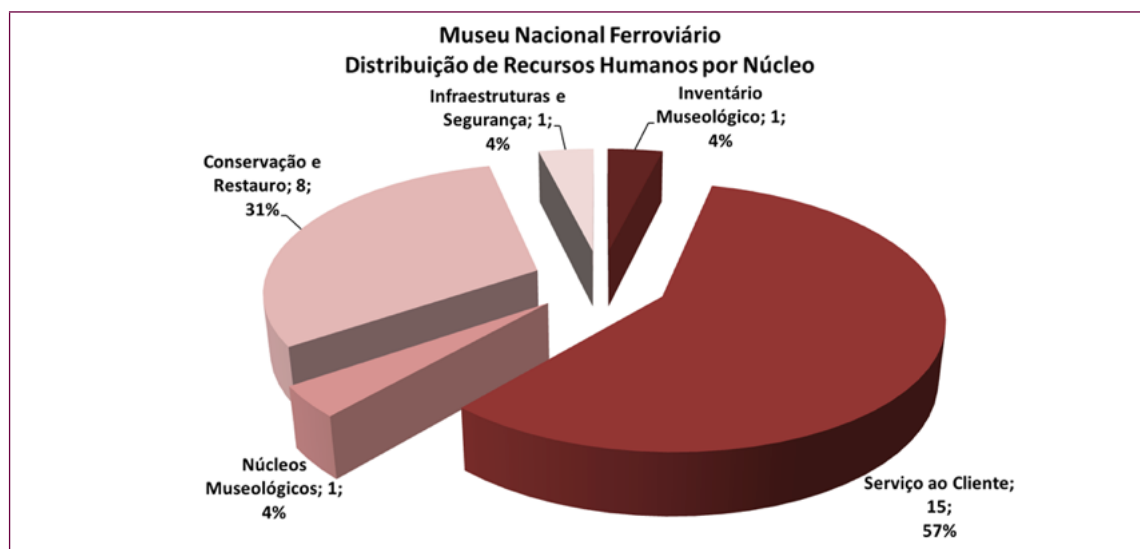
ELABORADO POR: GRHF

No Gráfico “Colaboradores remunerados por Origem” é de notar que dos 32 colaboradores, 9 elementos estão em Programa de Apoio e Inserção do IEFP e 2 são trabalhadores cedidos pela CP – Comboios de Portugal EPE.



ELABORADO POR: GRHF

Como se pode verificar no Gráfico “Colaboradores remunerados por Departamento/Núcleo”, o MNF é o Departamento da FMNF que tem integrado a maior percentagem de colaboradores com 81% de Recursos Humanos, sendo o Departamento CD aquele que apresenta menor expressão com apenas 3%.



ELABORADO POR: GRHF

No Gráfico “Museu Nacional Ferroviário – Distribuição de Recursos Humanos por Núcleo” é de salientar que no ano de 2015 o Núcleo do MNF que passou a absorver mais Recursos Humanos é o do Serviço ao Cliente, em contraposição com o ano de 2014, o qual era o Núcleo de Conservação e Restauro. Tal alteração deveu-se à abertura do MNF ao público e à necessidade de Recursos Humanos indispensáveis ao seu bom funcionamento.

RESULTADOS E ESTRUTURA PATRIMONIAL

EXECUÇÃO DO PROGRAMA DE INVESTIMENTOS

No ano 2015 foram encerrados os projetos de investimento que se iniciaram ao longo do quadriénio 2010/2014, comparticipados pelo FEDER através do QREN.

Estes investimentos entraram em funcionamento no dia 16 de Maio de 2015, data de inauguração do Museu Nacional Ferroviário e dia 18 de maio de 2015, primeiro dia de abertura ao público.

Neste ano o programa de Investimentos ascendeu a 598.217,04 € com a seguinte desagregação:

Programa de Investimento – 2015

Rubrica	Valor do Investimento / Desinvestimento
Investimentos financeiros	811,42 €
Edifícios e outros construções	3.903.057,46 €
Equipamento Básico	637.480,91 €
Equipamento de transporte	- €
Ferramentas e utensílios	16.120,95 €
Equipamento Administrativo	- €
Fundos e Documentos Arquivísticos e Espólio Museológico	38.649,06 €
Activos Intangíveis	162.828,99 €
Imobilizações em curso	-3.997.902,76 €
Total	761.046,03 €

ELABORADO POR: GRHF

Os investimentos do presente ano foram na Exposição Permanente, com especial enfoque na Museografia. Notamos que, pelo facto de se enquadrarem em projetos cofinanciados QREN, as primeiras ações de divulgação e o primeiro dia no Museu foram enquadradas em Investimento (Ativo Intangível).

EVOLUÇÃO DOS INVESTIMENTOS AO LONGO DO ÚLTIMO TRIÉNIO

A tabela seguinte ilustra a evolução do Investimento no último triénio.

Execução de Programa de Investimentos – Triénio 2013-2015

Rubrica	2013	2014	2015
Investimentos financeiros	- €	214,06 €	811,42 €
Edifícios e outros construções	- €	- €	3.903.057,46 €
Equipamento Básico	- €	123,00 €	637.480,91 €
Equipamento de transporte	- €	- €	- €
Ferramentas e utensílios	1.149,74 €	3.198,93 €	16.120,95 €
Equipamento Administrativo	1.091,93 €	4.495,99 €	- €
Espólio Museológico	19.316,40 €	841,71 €	38.649,06 €
Activos Intangíveis	13.517,70 €	8.843,30 €	162.828,99 €
Imobilizações em curso	618.025,76 €	1.505.023,12 €	-3.997.902,76 €
Total	653.101,53 €	1.522.740,11 €	761.046,03 €

ELABORADO POR: GRHF

Com a entrada em fase de exploração dos investimentos efetuados no Museu Nacional Ferroviário foram registadas as transferências de Investimentos em Curso para Ativos Fixos Tangíveis e Ativos Intangíveis.

FINANCIAMENTO DO INVESTIMENTO EXECUTADO

Na tabela seguinte ilustramos as origens do financiamento que permitiu o investimento efetuado no último triénio.

No ano 2015 foram determinantes à execução do Plano de Investimentos os “Subsídios ao Investimento”.

Financiamento do investimento executado no ano – 2013/2015

Rubrica	2013	2014	2015
Investimento Total	653.101,53 €	1.522.740,11 €	761.046,03 €
Subsidios ao Investimento	458.219,79 €	1.047.619,87 €	748.729,76 €
Outras Fontes	161.722,69 €	475.120,24 €	12.316,27 €
Auto-financiamento	33.159,05 €	0,00 €	0,00 €

ELABORADO POR: GRHF

RELATÓRIO DE GESTÃO

ANÁLISE ECONÓMICA

A Fundação Museu Nacional Ferroviário apresenta em 2015 um Resultado líquido negativo de 19.269,40 € (dezanove mil duzentos e sessenta e nove euros e quarenta cêntimos) que representa uma evolução positiva do resultado líquido em relação ao ano transato.

O EBITDA regista um valor positivo fundamentalmente devido ao acréscimo das “Vendas e Serviços Prestados” e à imputação de subsídios recebidos relativos aos investimentos que agora iniciaram a sua fase de exploração registado em “Outros rendimentos e Ganhos”.

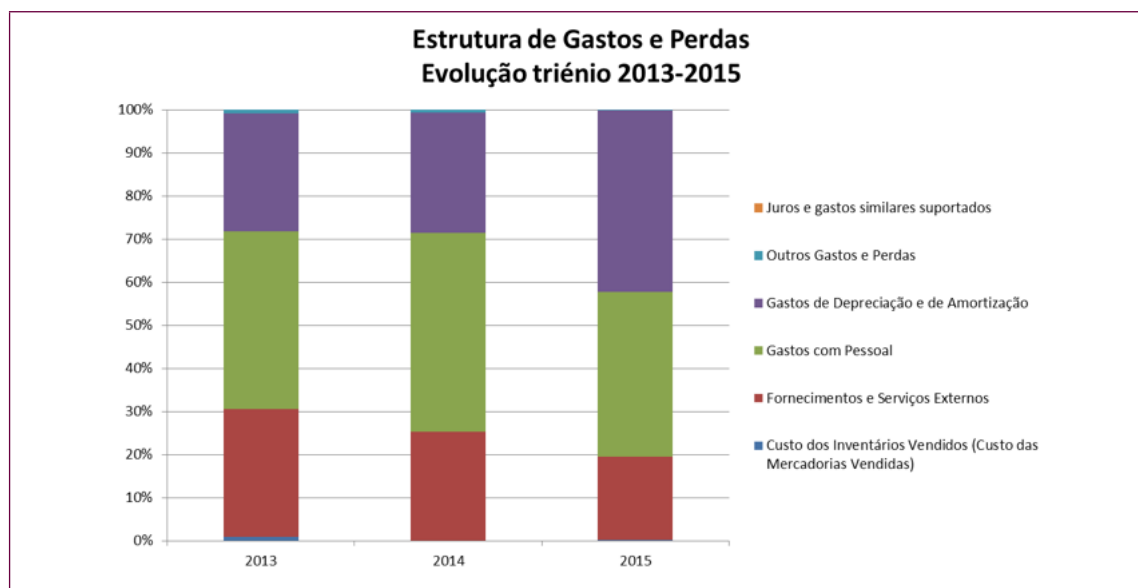


ELABORADO POR: GRHF

A rubrica de Gastos e Perdas de maior valor é a de “Gastos de Depreciação e de Amortização” representando 42%. Os “Gastos com pessoal” representam 38,3 % dos Gastos totais.

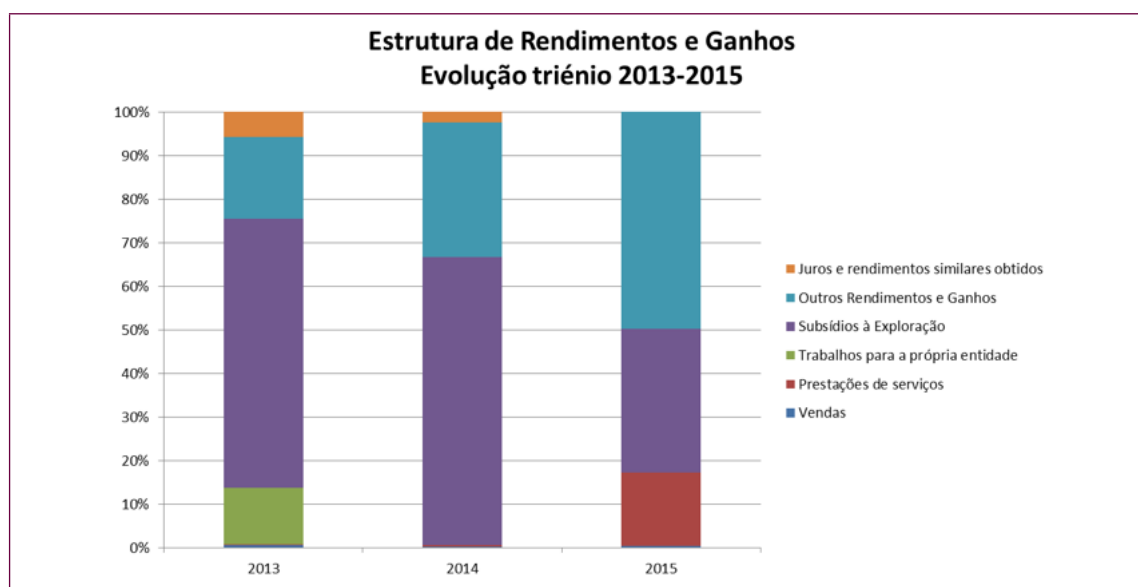
A entrada em exploração dos Investimentos efetuados reflete-se nas amortizações do exercício aumentando os Gastos e Perdas registados.

A abertura do Museu, de terça a domingo, trouxe ainda implicações ao nível dos Gastos com Pessoal, com um acréscimo de custos com trabalho suplementar e novas entradas no âmbito da Medida Emprego Inserção do IEFP.



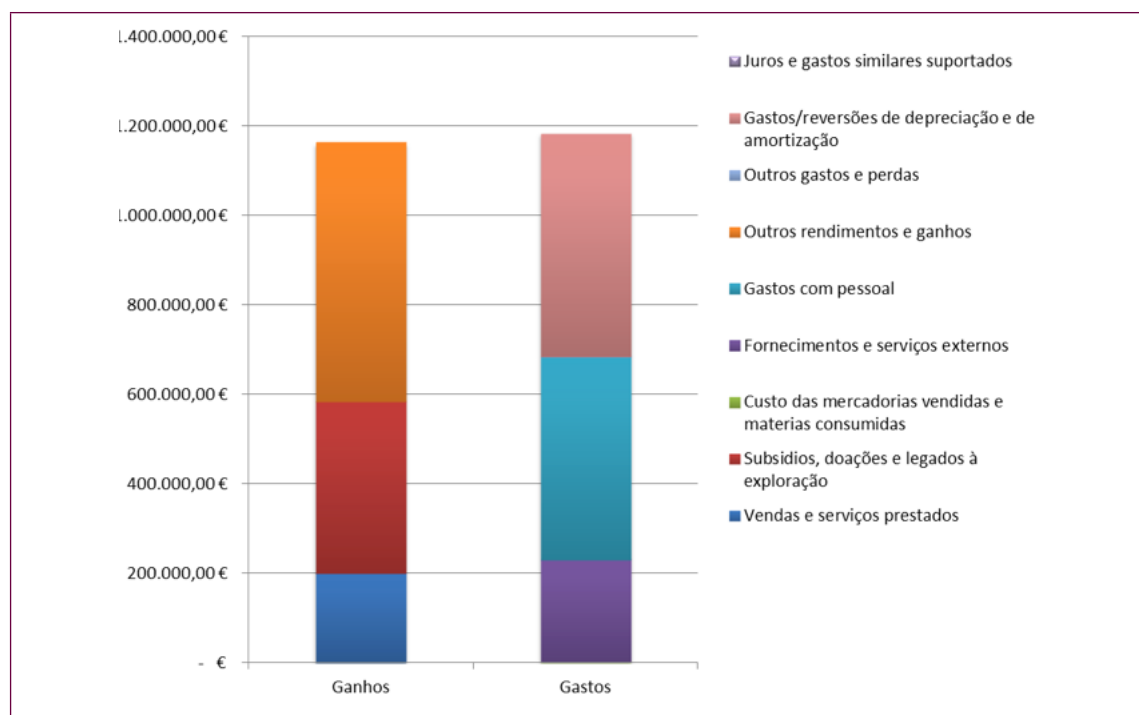
ELABORADO POR: GRHF

Nos Rendimentos, a rubrica “Subsídios à Exploração” perde a sua expressividade com o aumento da Rubrica “Prestações de serviços” e os “Outros Rendimentos e Ganhos” (que registam a imputação de subsídios recebidos para investimentos em exploração).



ELABORADO POR: GRHF

Os Ganhos cobriram 98,37% dos Gastos da Fundação.



ELABORADO POR: GRHF

Demonstração das Variações Patrimoniais a 31 de Dezembro

	2013	2014	2015
Custo dos Inventários Vendidos (Custo das Mercadorias Vendidas)	6.130,89 €	510,25 €	3.279,75 €
Fornecimentos e Serviços Externos	217.138,14 €	172.828,32 €	228.261,14 €
Gastos com Pessoal	301.623,46 €	317.480,10 €	452.560,30 €
Gastos de Depreciação e de Amortização	199.858,67 €	191.723,97 €	496.775,59 €
Outros Gastos e Perdas	5.568,05 €	4.027,20 €	1.580,98 €
Juros e gastos similares suportados			- €
GASTOS e PERDAS TOTAIS	730.319,21 €	686.569,84 €	1.182.457,76 €
Vendas	4.198,03 €	827,91 €	5.204,16 €
Prestações de serviços	1.204,53 €	1.062,68 €	195.124,36 €
Trabalhos para a própria entidade	98.138,93 €	- €	- €
Subsídios à Exploração	469.788,92 €	263.013,84 €	384.849,14 €
Outros Rendimentos e Ganhos	141.396,31 €	122.767,18 €	578.010,70 €
Juros e rendimentos similares obtidos	43.758,64 €	9.594,79 €	- €
RENDIMENTOS e GANHOS TOTAIS	758.485,36 €	397.266,40 €	1.163.188,36 €
Resultados antes de impostos	28.166,15 €	- 289.303,44 €	- 19.269,40 €
Imposto estimado	8.559,03 €	1.440,61 €	- €
Resultado Líquido do Exercício	19.607,12 €	- 290.744,05 €	- 19.269,40 €

ELABORADO POR: GRHF

ANÁLISE FINANCEIRA

O crescimento do Ativo ficou a dever-se fundamentalmente aos Investimentos. Este crescimento é financiado principalmente pelo aumento do Fundo Patrimonial da Fundação, na medida em que os capitais próprios (Outras variações no capital Próprio) foram acrescidos, com o registo dos cofinanciamentos e apoios para Investimento recebidos.

Balanço Sintético a 31 de Dezembro

	2013	2014	2015
Investimentos Financeiros	- €	214,06 €	1.025,48 €
Activos fixos tangíveis	40.154.640,70 €	39.996.995,90 €	44.268.651,91 €
Activos intangíveis	19.200,30 €	18.765,94 €	8.471,71 €
Investimentos em curso	2.661.676,59 €	4.166.699,71 €	5.967,96 €
Inventários e Activos Biológicos	7.882,59 €	8.898,69 €	6.343,03 €
Diferimentos	- €	- €	
Contas a receber	237.112,32 €	114.391,90 €	292.646,38 €
Meios Financeiros Líquidos	266.014,78 €	122.366,70 €	496.731,47 €
TOTAL ACTIVO	43.346.527,28 €	44.428.332,90 €	45.079.837,94 €
Fundos Próprios	1.056.944,00 €	1.056.944,00 €	1.056.944,00 €
Resultados Transitados	794.135,65 €	503.391,60 €	238.111,72 €
Outras Variações do capital próprio	41.176.258,30 €	42.129.535,69 €	43.407.270,87 €
Resultado Líquido do Exercício	- 290.744,05 €	- 265.279,88 €	- 19.269,40 €
TOTAL CAPITAL PRÓPRIO	42.736.593,90 €	43.424.591,41 €	44.683.057,19 €
Contas a pagar	609.933,38 €	930.316,49 €	281.858,25 €
Diferimentos	- €	73.425,00 €	114.922,50 €
TOTAL PASSIVO	609.933,38 €	1.003.741,49 €	396.780,75 €
TOTAL CAP. PRÓPRIO+PASSIVO	43.346.527,28 €	44.428.332,90 €	45.079.837,94 €

ELABORADO POR: GRHF

APRECIÇÃO GLOBAL

Na análise aos rácios financeiros referentes a 2015 podemos verificar uma melhoria geral de todos os indicadores, refletindo a nova realidade de o Museu Nacional Ferroviário estar já neste ano em funcionamento, dependente ainda de apoios mas já conseguindo obter receitas da sua atividade e obter retorno dos investimentos realizados.

Indicador	2013	2014	2015	
Solvabilidade	Cap. próprios / Pass. Exigível	70,068	43,263	112,614
Liquidez geral	Activo circul. / Passivo Circulante	0,838	0,245	2,005
Grau de Endividamento	Passivo/Activo líquido	0,014	0,023	0,009
Autonomia financeira	Cap. próprios / Activo total	0,986	0,977	0,991
Fundo de Maneio	Capitais Permanentes - Imobilizado Líquido	-98.923,69 €	- 758.084,20 €	398.940,13 €
	Crédito concedido+Existências-Crédito obtido			
Necessidades de Fundo de Maneio	de fornecedores e outros credores de exploração	50.551,37 €	- 107.095,96 €	29.447,43 €

PRINCÍPIOS DE BOM GOVERNO

MISSÃO, OBJETIVOS E PRINCÍPIOS GERAIS DE ATUAÇÃO

De acordo a Lei-quadro das Fundações (Lei n.º 24/2012, de 9 de Julho) a FMNF é enquadrada como Fundação Pública de Direito Privado.

A FMNF, conforme determinado pelos próprios estatutos, publicados em anexo ao DL n.º 38/2005, de 17 de Fevereiro, possui o Estatuto de Utilidade Pública.

Em conformidade com o art.º. 6.º da Lei-Quadro das Fundações, as Fundações criadas por Decreto-Lei, regem-se pelo diploma instituidor até à publicação de Decreto-Lei que o revogue.

Em consequência o Dec. Lei n.º 38/2005, de 17 de Fevereiro, e os Estatutos da Fundação, a ele anexos, poderão ser alterados na medida em que o legislador entenda deverem ser adaptados à Lei-Quadro das Fundações.

A esta Fundação aplicam-se, ainda, e em especial:

- A Legislação pertinente sobre Museus Portugueses e Património;
- As regras da contratação pública;

MISSÃO

O estudo, a conservação e a valorização do património histórico, cultural e tecnológico ferroviário português

A Missão será consubstanciada na Instalação e Gestão do Museu Nacional Ferroviário e dos respetivos núcleos museológicos, bem como do Centro Nacional de Documentação Ferroviária.

São objetivos da Fundação Museu Nacional Ferroviário:

- “A construção e adaptação das instalações necessárias ao funcionamento do Museu Nacional Ferroviário no Entroncamento”
- “A construção e adaptação das instalações dos núcleos museológicos do Museu Nacional Ferroviário”
- “A criação de um centro de documentação e de um arquivo no domínio da história do caminho-de-ferro”
- “A investigação científica, histórica e antropológica do caminho-de-ferro”
- “A cooperação com estabelecimentos de ensino e investigação e com outras entidades que possam contribuir para o desenvolvimento de atividades e de estudos no âmbito dos fins da Fundação e do desenvolvimento da ferrovia”
- “A edição e publicação, sob qualquer forma, de obras relacionadas com o património histórico, cultural e tecnológico ferroviário”
- “A dinamização de programas de voluntariado que se enquadrem no âmbito dos fins da Fundação”
- “A realização de conferências, colóquios, seminários, congressos e debates sobre o transporte ferroviário”
- “A instituição de prémios e a concessão de subsídios ou bolsas a investigadores que desenvolvam estudos cuja temática esteja direta ou indiretamente relacionada com os fins da Fundação e do desenvolvimento da ferrovia”
- “O intercâmbio com instituições congéneres, nacionais ou estrangeiras, que prossigam atividades afins”

- “A divulgação de linhas históricas e a colaboração com os operadores de transporte ferroviário no respetivo desenvolvimento”
- “ Quaisquer outras atividades que se revelem adequadas aos fins da Fundação, nomeadamente no tocante à divulgação técnico-científica no âmbito do desenvolvimento da ferrovia”
- “deve estabelecer acordos com as entidades públicas ou privadas que tenham por objeto a colaboração recíproca para fins de identificação, reconhecimento, conservação, segurança, restauro, valorização e divulgação dos bens culturais móveis e imóveis relacionados com o transporte ferroviário.”
- “deve promover a inventariação e classificação dos bens culturais móveis e imóveis relacionados com o transporte ferroviário, podendo colaborar na instrução dos procedimentos administrativos necessários, por sua iniciativa ou a solicitação das entidades públicas competentes.”

São adotados instrumentos de gestão previsional adequados, tais como planos de atividades e orçamentos assentes no cumprimento rigoroso da missão e prossecução dos objetivos traçados e na respetiva sustentabilidade nos domínios económico, social e ambiental. São estabelecidos procedimentos internos de controlo da execução dos orçamentos.

Quer pelo enquadramento legal aplicável, quer pelas práticas internas adotadas, procura-se assegurar uma efetiva igualdade de tratamento e de oportunidades entre homens e mulheres, assim como a conciliação da sua vida pessoal, familiar e profissional.

Os *stakeholders* são informados periodicamente do modo como foi prosseguida a missão da Fundação, do grau de cumprimento dos objetivos, da forma como foi cumprida a política de responsabilidade social, de desenvolvimento sustentável e ainda da prossecução de meios para financiar a instalação do Museu Nacional Ferroviário, seus Núcleos e do Centro Nacional de Documentação Ferroviária assim como as suas atividades nomeadamente na vertente da investigação e da inovação e da integração de novas tecnologias.

É cumprida a legislação e regulamentação em vigor sendo adotado um comportamento eticamente irrepreensível, nomeadamente, no que respeita à aplicação de normas de natureza fiscal, de branqueamento de capitais, de concorrência, de proteção do consumidor, de natureza ambiental e de índole laboral, nomeadamente relativas à não discriminação e à promoção da igualdade entre homens e mulheres.

A Fundação pauta a sua conduta por tratar de forma equitativa todos os seus clientes, fornecedores, colaboradores e demais titulares de interesses legítimos. Neste sentido nas aquisições de bens e serviços são seguidas as orientações constantes do Código da Contratação Pública sendo adotada uma conduta de observação rigorosa dos princípios da transparência, da igualdade, da concorrência, da imparcialidade, da proporcionalidade e da boa-fé, tendo igualmente em conta o comportamento ético dos contratantes ou potenciais contratantes.

Todos os negócios são conduzidos com integridade e adequadamente formalizados, não havendo lugar a práticas de despesas confidenciais ou não documentadas.

ESTRUTURAS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

O Decreto-Lei n.º 38/2005 de 17 de Fevereiro, que constitui a Fundação Museu Nacional Ferroviário, estabelece que esta entidade tem os seguintes órgãos:

- Conselho de Administração
- Conselho de Fundadores
- Conselho Consultivo
- Conselho Fiscal

O Conselho de Administração é constituído por cinco membros. O Presidente nomeado por despacho conjunto do Ministro das Obras Públicas e Transportes e do Ministro da Cultura, o Vice-Presidente é eleito pelo Conselho de Fundadores os restantes três administradores são nomeados pelas seguintes entidades: CP-Comboios de Portugal, EPE; Rede Ferroviária Nacional – REFER, EPE; Câmara Municipal do Entroncamento.

Em 19 de julho de 2013 foi nomeado por Despacho Conjunto de Suas Excelências Ministro da Economia e do Emprego e Secretário de Estado da Cultura, Presidente, o Sr. Jaime Ramos para um mandato de 3 anos.

O Conselho Fiscal é constituído por três membros. Sendo o Presidente designado pelo Ministro das Finanças e os restantes membros um eleito pelo Conselho de Fundadores e outro uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas designada pelo Conselho de Fundadores.

O Conselho Fiscal reúne regularmente procedendo à verificação da regularidade dos registos contabilísticos e respetivos documentos de suporte. Anualmente verifica a exatidão e emite parecer sobre o plano de atividades e orçamento e sobre as contas anuais. Elabora Relatório anual sobre a sua ação fiscalizadora. A Sociedade de Revisores Oficiais de contas emite, ainda, a correspondente Certificação Legal das Contas.

PREVENÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSES

A estrutura criada para a Fundação Museu Nacional Ferroviário assegura a segregação entre o Conselho de Administração (responsável pela função de administração executiva) e o Conselho Fiscal (responsável pela função de fiscalização)

Nenhum dos membros dos órgãos sociais participa ou participou em decisões que envolvam os seus próprios interesses.

PRINCÍPIOS RELATIVOS À DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO

As informações referentes à missão, objetivos, atividades, projetos assim como os Estatutos estão disponíveis gratuitamente no site da Fundação em <http://www.fmnf.pt>.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇO

(MONTANTES EXPRESSOS EM EUROS)

Rubricas	Notas	31/12/2015 (1)	31/12/2014 (2)	Varição % (1)-(2)
ACTIVO:				
Activo não corrente:				
Activos fixos tangíveis	5	44.274.619,87	44.163.695,61	0,25%
Propriedades de investimento		-	-	-
Goodwill		-	-	-
Activos intangíveis	6	8.471,71	18.765,94	-54,86%
Activos biológicos		-	-	-
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial		-	-	-
Participações financeiras - outros métodos		-	-	-
Accionistas/sócios		-	-	-
Outros activos financeiros		1.025,48	214,06	379,06%
Activos por impostos diferidos		-	-	-
		44.284.117,06	44.182.675,61	0,23%
Activo corrente:				
Inventários	7	6.343,03	8.898,69	-28,72%
Activos biológicos		-	-	-
Clientes	12	138.135,06	10.992,16	1156,67%
Adiantamentos a fornecedores		-	-	-
Estado e outros entes públicos	12	3.211,03	2.344,97	36,93%
Accionistas/sócios		-	-	-
Outras contas a receber	12	151.300,29	101.054,77	49,72%
Diferimentos		-	-	-
Activos financeiros detidos para negociação		-	-	-
Outros activos financeiros		-	-	-
Activos não correntes detidos para venda		-	-	-
Caixa e depósitos bancários	4	496.731,47	122.366,70	305,94%
		795.720,88	245.657,29	223,92%
Total do Activo		45.079.837,94	44.428.332,90	1,47%
FUNDO PATRIMONIAL:				
Fundo Patrimonial	1	1.056.944,00	1.056.944,00	-
Outros instrumentos de capital próprio		-	-	-
Prémios de emissão		-	-	-
Reservas legais		-	-	-
Outras reservas		-	-	-
Resultados transitados		238.111,72	503.391,60	-52,70%
Ajustamentos em activos financeiros		-	-	-
Excedentes de revalorização		-	-	-
Outras variações no capital próprio	9	43.407.270,87	42.129.535,69	3,03%
Resultado líquido do período		(19.269,40)	(265.279,88)	-92,74%
Interesses minoritários		-	-	-
Total do Capital Próprio		44.683.057,19	43.424.591,41	2,90%
PASSIVO:				
Passivo não corrente:				
Provisões		-	-	-
Financiamentos obtidos		-	-	-
Responsabilidades por benefícios pós-emprego		-	-	-
Passivos por impostos diferidos		-	-	-
Outras contas a pagar		-	-	-
		-	-	-
Passivo corrente:				
Fornecedores	12	194.512,71	147.751,21	31,65%
Adiantamentos de clientes		-	-	-
Estado e outros entes públicos	12	12.096,18	12.096,97	-0,01%
Accionistas/sócios		-	-	-
Financiamentos obtidos		-	-	-
Outras contas a pagar	12	75.249,36	770.468,31	-90,23%
Diferimentos	12	114.922,50	73.425,00	56,52%
Passivos financeiros detidos para negociação		-	-	-
Outros passivos financeiros		-	-	-
Passivos não correntes detidos para venda		-	-	-
		396.780,75	1.003.741,49	-60,47%
Total do Passivo		396.780,75	1.003.741,49	-60,47%
Total do Capital Próprio e do Passivo		45.079.837,94	44.428.332,90	1,47%

Entroncamento, 20 de Abril de 2016

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

A ADMINISTRAÇÃO

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA

(MONTANTES EXPRESSOS EM EUROS)

Rendimentos e Gastos	Notas	31/12/2015 (1)	31/12/2014 (2)	Variação % (1)-(2)
Vendas e serviços prestados	8	200 328,52	11 189,39	1690,34%
Subsídios à exploração	9.2	384 849,14	387 179,22	-0,60%
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos		-	-	-
Variação nos inventários da produção		-	-	-
Trabalhos para a própria entidade		-	-	-
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7	(3 279,75)	(325,23)	908,44%
Fornecimentos e serviços externos	13	(228 261,14)	(196 026,87)	16,44%
Gastos com o pessoal	14	(452 560,30)	(427 636,97)	5,83%
Imparidade de inventários (perdas/reversões)		-	-	-
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		-	-	-
Provisões (aumentos/reduções)		-	-	-
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		-	-	-
Aumentos/reduções de justo valor		-	-	-
Outros rendimentos e ganhos	8/15	578 010,70	142 884,15	304,53%
Outros gastos e perdas	16	(1 580,98)	(6 952,52)	-77,26%
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (EBITDA)		477 506,19	(89 688,83)	-632,40%
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5./6	(496 775,59)	(175 582,09)	182,93%
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		-	-	-
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos) (EBIT)		(19 269,40)	(265 270,92)	-92,74%
Juros e rendimentos similares obtidos		-	-	-
Juros e gastos similares suportados		-	(2,28)	-100,00%
Resultado antes de impostos (EBT)		(19 269,40)	(265 273,20)	-92,74%
Imposto sobre o rendimento do período	11	-	(6,68)	-100,00%
Resultado líquido do período		(19 269,40)	(265 279,88)	-92,74%
Resultado das actividades descontinuadas (líquido de impostos) incluído no resultado líquido do período		-	-	-
Resultado líquido do período atribuível a: (-)				
Detentores do capital da empresa-mãe		-	-	-
Interesses minoritários		-	-	-
Resultado por acção básico		-	-	-

(-) Esta informação apenas será fornecida no caso de contas consolidadas

Entroncamento, 20 de Abril de 2016

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

A ADMINISTRAÇÃO

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO FUNDO PATRIMONIAL

(MONTANTES EXPRESSOS EM EUROS)

		Fundo Patrimonial atribuído aos detentores do capital							
		Capital realizado	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do exercício	Total do capital próprio	
Posição no Início do Período 2014	1	Notas	1 056 944,00	-	-	794 135,65	41 176 258,30	- 290 744,05	42 736 593,90
Alterações no período									
Primeira adopção de novo referencial contabilístico			-	-	-	-	-	-	-
Alterações de políticas contabilísticas			-	-	-	-	-	-	-
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras			-	-	-	-	-	-	-
Realização do excedente de revalorização de activos	27		-	-	-	-	-	-	-
Excedente de revalorização de activos	27		-	-	-	-	-	-	-
Ajustamentos por impostos diferidos	12		-	-	-	-	-	-	-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	28		-	-	- 290 744,05	953 277,39	290 744,05	953 277,39	
	2		-	-	- 290 744,05	953 277,39	290 744,05	953 277,39	
Resultado Líquido do Período	3						- 265 279,88	- 265 279,88	
Resultado Integral	4 = 2 + 3						25 464,17	687 997,51	
Operações com detentores de capital próprio									
Realizações de capital			-	-	-	-	-	-	-
Realizações de prémios de emissão			-	-	-	-	-	-	-
Distribuições			-	-	-	-	-	-	-
Entradas para cobertura de perdas			-	-	-	-	-	-	-
Outras operações	5		-	-	-	-	-	-	-
Posição no Fim do Período 2014	6 = 1 + 2 + 3 + 5		1 056 944,00	-	-	503 391,60	42 129 535,69	- 265 279,88	43 424 591,41
Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras									
Entroncamento, 20 de Abril de 2016									
O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS							A ADMINISTRAÇÃO		

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO FUNDO PATRIMONIAL INDIVIDUAIS

(VALORES EXPRESSOS EM EUROS)

			Fundo Patrimonial aos detentores do capital						
			Capital realizado	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do exercício	Total do capital próprio
Posição no Início do Período 2015	1	Notas	1 056 944,00	-	-	503 391,60	42 129 535,69	- 265 279,88	43 424 591,41
Alterações no período									
Primeira adopção de novo referencial contabilístico			-	-	-	-	-	-	-
Alterações de políticas contabilísticas			-	-	-	-	-	-	-
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras			-	-	-	-	-	-	-
Realização do excedente de revalorização de activos	27		-	-	-	-	-	-	-
Excedente de revalorização de activos	27		-	-	-	-	-	-	-
Ajustamentos por impostos diferidos	12		-	-	-	-	-	-	-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		28	-	-	-	- 265 279,88	1 277 735,18	265 279,88	1 277 735,18
	2		-	-	-	- 265 279,88	1 277 735,18	265 279,88	1 277 735,18
Resultado Líquido do Período	3							- 19 269,40	- 19 269,40
Resultado Integral	4 = 2 + 3							246 010,48	1 258 465,78
Operações com detentores de capital próprio									
Realizações de capital			-	-	-	-	-	-	-
Realizações de prémios de emissão			-	-	-	-	-	-	-
Distribuições			-	-	-	-	-	-	-
Entradas para cobertura de perdas			-	-	-	-	-	-	-
Outras operações		5	-	-	-	-	-	-	-
Posição no Fim do Período 2016	6 = 1 + 2 + 3 + 5		1 056 944,00	-	-	238 111,72	43 407 270,87	- 19 269,40	44 683 057,19

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

Entroncamento, 20 de Abril de 2016

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

A ADMINISTRAÇÃO

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

(MONTANTES EXPRESSOS EM EUROS)

Rubricas	Notas	31/12/2015 (1)	31/12/2014 (2)	Varição % (1)-(2)
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo				
Recebimentos de clientes		73 185,62	4 048,65	1707,65%
Pagamentos a fornecedores		(183 344,74)	(245 115,31)	-25,20%
Pagamentos ao pessoal		(447 333,04)	(428 371,39)	4,43%
Caixa gerada pelas operações		(557 492,16)	(669 438,05)	-16,72%
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		1 139,32	6 652,09	-82,87%
Outros recebimentos/pagamentos		560 260,50	631 545,42	-11,29%
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		3 907,66	(31 240,54)	-112,51%
Fluxos de caixa das actividades de investimento				
Pagamentos respeitantes a:				
Activos fixos tangíveis		(1 118 814,25)	(1 150 967,77)	-2,79%
Activos intangíveis		(162 828,99)	(8 843,30)	1741,27%
Investimentos financeiros		(811,42)	(214,06)	279,06%
Outros activos		-	-	-
Recebimentos provenientes de:				
Activos fixos tangíveis		-	-	-
Activos intangíveis		-	-	-
Investimentos financeiros		-	-	-
Outros activos		-	-	-
Subsídios ao investimento		1 652 911,77	1 047 619,87	57,78%
Juros e rendimentos similares		-	-	-
Dividendos		-	-	-
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		370 457,11	(112 405,26)	-429,57%
Fluxos de caixa das actividades de financiamento				
Recebimentos provenientes de:				
Financiamentos obtidos		-	-	-
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio		-	-	-
Cobertura de prejuízos		-	-	-
Doações		-	-	-
Outras operações de financiamento		-	-	-
Pagamentos respeitantes a:				
Financiamentos obtidos		-	-	-
Juros e gastos similares		-	(2,28)	-100,00%
Dividendos		-	-	-
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio		-	-	-
Outras operações de financiamento		-	-	-
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		-	(2,28)	-100,00%
Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		374 364,77	(143 648,08)	-360,61%
Efeito das diferenças de câmbio		-	-	-
Caixa e seus equivalentes no início do período		122 366,70	266 014,78	-54,00%
Caixa e seus equivalentes no fim do período		496 731,47	122 366,70	305,94%

Entroncamento, 20 de Abril de 2015

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

A ADMINISTRAÇÃO

ANEXO

1. Identificação da entidade:

A **Fundação Museu Nacional Ferroviário** Armando Ginestal Machado é uma fundação que tem como objeto o estudo, a conservação e a valorização do património histórico, cultural e tecnológico ferroviário português, tendo como o objetivo específico a instalação e a gestão do Museu Nacional Ferroviário e dos respetivos núcleos museológicos (CAE 91331 R3) e tem a sua sede no Complexo Ferroviário da Cidade de Entroncamento, Freguesia de Nossa Senhora de Fátima, Concelho de Entroncamento, Distrito de Santarém.

A Fundação encontra-se abrangida pela Lei-Quadro da Fundações – Lei nº 24/2012 de 9 de julho, pelo que nos termos legais vai promover a alteração dos estatutos requeridos por aquele normativo legal.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras:

2.1. Enquadramento

As demonstrações financeiras do exercício foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, em todos os aspetos materiais, em conformidade com as disposições do SNC – Sistema de Normalização Contabilístico e respetivas Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF), aprovado pelo DL nº 36-A/2011 de 9 de março.

2.2. Indicação e justificação das disposições do SNC-ESNL que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

No presente exercício não foram derogadas quaisquer disposições do SNC.

3. Principais políticas contabilísticas:

3.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

Os valores apresentados, salvo indicação em contrário, são expressos em euros.

As demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro, segundo o princípio do custo histórico.

A preparação de demonstrações financeiras em conformidade com as políticas contabilísticas requer o uso de estimativas e assunções que afetam as quantias reportadas de ativos e passivos, assim como, as quantias reportadas de rendimentos e gastos durante o período de reporte. Apesar destas estimativas serem baseadas no melhor conhecimento da Gestão em relação aos eventos e ações correntes, em última análise os resultados reais podem diferir dessas estimativas. No entanto, é convicção da Gestão que as estimativas e assunções adotadas não incorporam riscos significativos que possam causar, no decurso do próximo exercício, ajustamentos materiais ao valor dos ativos e passivos.

Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis estão relevados pelos valores que resultaram da sua aquisição acrescidos de todos os custos necessários para a sua utilização (colocação no local de uso) líquidos das respetivas amortizações acumuladas e perdas de imparidade.

Os custos com a manutenção e reparação que não aumentam a vida útil destes ativos fixos são registrados como custos do exercício em que ocorrem.

Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis são mensurados ao custo deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas, sendo os dispêndios com atividades de pesquisa reconhecidos como gastos no período em que são incorridos.

As amortizações de ativos intangíveis são reconhecidas numa base linear durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis. As vidas úteis e método de amortização dos vários ativos intangíveis são revistos anualmente, sendo o efeito das alterações a estas estimativas reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

Inventários

As mercadorias encontram-se valorizadas pelo seu custo.

Dívidas de terceiros

As dívidas de terceiros são registradas ao custo e apresentadas no balanço, deduzidas de eventuais perdas por imparidade, de forma a refletir o seu valor realizável líquido.

Dividas a terceiros

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros que não vencem juros são registradas ao custo. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

Caixa e Depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica “Caixa e depósitos bancários” correspondem aos valores de caixa, depósitos à ordem, depósitos a prazo e outros depósitos bancários que sejam mobilizáveis sem risco significativo de alteração de valor. Se o seu vencimento for inferior a 12 meses, são reconhecidos no ativo corrente; caso contrário, e ainda quando existirem limitações à sua disponibilidade ou movimentação, são reconhecidos no ativo não corrente.

Regime do acréscimo

Os Gastos e Rendimentos são registrados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime do acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registradas nas rubricas “Outras contas a receber e a pagar” ou “Diferimentos”.

Rédito

O rédito relativo a vendas, prestações de serviços, juros, decorrentes da atividade ordinária da Fundação, é reconhecido pelo seu justo valor, entendendo-se como tal o que é livremente fixado entre as partes contratantes numa base de independência, sendo que, relativamente às vendas e prestações de serviços, o justo valor reflete eventuais descontos concedidos e não inclui quaisquer impostos liquidados nas faturas.

Subsídios do Governo

Os subsídios governamentais são reconhecidos de acordo com o justo valor quando existe uma garantia razoável de que irão ser recebidos e que a Fundação cumprirá as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios relacionados com rendimentos (por exemplo, para assegurar uma rentabilidade mínima ou compensar défices de exploração ou no âmbito de programas de formação profissional), são reconhecidos como rendimentos do próprio período, na rubrica «Subsídios à exploração» da demonstração dos resultados do período em que os programas/contratos são realizados, independentemente da data do seu recebimento, a não ser que se tornem recebíveis num período posterior, onde serão rendimentos desse período.

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos nos capitais próprios, sendo posteriormente reconhecidos na demonstração dos resultados numa base sistemática e racional durante os períodos contabilísticos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados. No caso de o subsídio estar relacionado com ativos não depreciáveis e intangíveis com vida útil indefinida, são mantidos nos capitais próprios, exceto se a respetiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade.

Os subsídios reembolsáveis são contabilizados como Passivos, na rubrica “Financiamentos obtidos”.

Imposto sobre o rendimento do período

Os impostos sobre o rendimento reconhecidos como gastos dos períodos abrangidos pelas presentes demonstrações financeiras encontram-se corrigidos pelo efeito da contabilização dos impostos diferidos, caso existam diferenças temporárias tributáveis e/ou dedutíveis.

As declarações de rendimentos para efeitos fiscais são passíveis de revisão e correção pela Administração Fiscal durante um período de quatro anos, pelo que as declarações relativas aos anos de 2012 a 2015 poderão vir ainda a ser corrigidas, não sendo exetável, no entanto, que das eventuais correções venha a decorrer um efeito significativo nas presentes demonstrações financeiras.

Fluxos de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada através do método direto. A Fundação classifica na rubrica “Caixa e seus equivalentes” os montantes de caixa, depósitos à ordem, depósitos a prazo e outros instrumentos financeiros com vencimento a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

A demonstração dos fluxos de caixa encontra-se classificada em atividades operacionais, de financiamento e de investimento. As atividades operacionais englobam os recebimentos de clientes, pagamentos a fornecedores, pagamentos ao pessoal e outros relacionados com a atividade operacional. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de investimento incluem, nomeadamente, pagamentos e recebimentos decorrentes da compra e da venda de ativos.

Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de financiamento incluem os pagamentos e recebimentos referentes à atividade financeira.

3.2. Juízos de valor (excetuando os que envolvem estimativas) que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacte nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras:

Nada a referir

3.3. Principais fontes de incerteza das estimativas (envolvendo risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano financeiro seguinte):

Nada a referir

4. Fluxos de Caixa:

4.1. Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários:

Caixa:	4.971,38 €
Depósitos à Ordem:	491.760,09 €
	496.731,47 €

5. Ativos fixos tangíveis:

5.1. Divulgações sobre ativos fixos tangíveis.

a) Bases de mensuração usados para determinar a quantia escriturada bruta;

Os ativos fixos tangíveis estão relevados pelos valores que resultaram da sua aquisição acrescidos de todos os custos necessários para a sua utilização (colocação no local de uso), deduzidos das depreciações e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

b) Método de depreciação utilizado

A Empresa deprecia os seus bens do ativo fixo tangível de acordo com o método da linha reta. De acordo com este método, a depreciação é constante durante a vida útil do ativo se o seu valor residual não se alterar.

c) Vidas úteis e taxas de depreciação utilizadas

Edifícios e outras construções:	2% – 12,5%
Equipamento básico:	12,5% – 25,00%
Equipamento de transporte:	25%
Equipamento administrativo:	12,5% – 33,3%
Outras imobilizações:	5,0% – 25,0%

d) Reconciliação entre a quantia escriturada no início e no fim do período

2015	Terrenos e Recursos Naturais	Edifícios e Outras Construções	Equipamento Básico	Equipamento de Transporte	Equipamento Administrativo	Outros Activos Fixos Tangíveis	Espólio museológico	Activos Fixos Tangíveis em Curso	Total
Activo Bruto	Notas								
Saldo Inicial	0,00	3.065.949,22	126.388,51	7.330,00	436.730,29	34.722,48	38.291.511,97	4.003.870,72	45.966.503,19
Aquisições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	597.405,62	597.405,62
Alienações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Abates	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências	0,00	3.903.057,46	637.480,91	0,00	16.120,95	0,00	38.649,06	-4.595.308,38	0,00
Custos Financeiros Capitalizados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Custos Operacionais Capitalizados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo Final	0,00	6.969.006,68	763.869,42	7.330,00	452.851,24	34.722,48	38.330.161,03	5.967,96	46.563.908,81
Depreciações Acumuladas									
Saldo Inicial	0,00	1.411.822,57	104.215,25	7.330,00	415.611,80	26.656,95	0,00	0,00	1.965.636,57
Reforços	0,00	236.711,68	68.299,18	0,00	16.775,72	1.865,79	0,00	0,00	323.652,37
Reduções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo Final	0,00	1.648.534,25	172.514,43	7.330,00	432.387,52	28.522,74	0,00	0,00	2.289.288,94
Imparidades Acumuladas									
Saldo Inicial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reforços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reduções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo Final	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor Líquido	0,00	5.320.472,43	591.354,99	0,00	20.463,72	6.199,74	38.330.161,03	5.967,96	44.274.619,87

5.2. Existência e quantias de restrições de titularidade de ativos fixos tangíveis dados como garantia de passivos.

Nada a referir

5.3. Compromissos contratuais para a aquisição de ativos fixos tangíveis

Nada a referir

6. Ativos intangíveis:

Durante os períodos findos em 31/12/2015 e em 31/12/2014 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas, foi o seguinte:

Activo Bruto									
	Saldo em 01/01/2014	Aumentos	Abates e Alienações	Correcções e Transf.	Saldo em 31/12/2014	Aumentos	Abates e Alienações	Correcções e Transf.	Saldo em 31/12/2015
Goodwill	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Projectos de desenvolvimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Programas de computador	-	3.050,00	-	-	3.050,00	-	-	-	3.050,00
Propriedade industrial	13.517,70	5.793,30	-	-	19.311,00	-	-	-	19.311,00
Despesas de instalação	-	-	-	-	-	-	-	162.828,99	162.828,99
Outros activos intangíveis	11.365,20	-	-	-	11.365,20	-	-	-	11.365,20
...	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	24.882,90	8.843,30	-	-	33.726,20	-	-	162.828,99	196.555,19

Amortizações Acumuladas									
	Saldo em 01/01/2014	Aumentos	Abates e Alienações	Correcções e Transf.	Saldo em 31/12/2014	Aumentos	Abates e Alienações	Correcções e Transf.	Saldo em 31/12/2015
Projectos de desenvolvimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Programas de computador	-	-	-	-	-	1.016,57	-	-	1.016,57
Propriedade industrial	-	6.436,36	-	-	6.436,36	6.436,36	-	-	12.872,72
Despesas de instalação	-	-	-	-	-	162.828,99	-	-	162.828,99
Outros activos intangíveis	5.682,60	2.841,30	-	-	8.523,90	2.841,30	-	-	11.365,20
...	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	5.682,60	9.277,66	-	-	14.960,26	173.123,22	-	-	188.083,48

7. Inventários:

Em 31/12/2015 e em 31/12/2014, os inventários da Entidade são detalhados conforme se segue:

Inventários							
	Inventário em 01/01/2014	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31/12/2014	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31/12/2015
Matérias primas e consumíveis				-			-
Produtos e trabalhos em curso				-			-
Produtos acabados				-			-
Mercadorias	7 882,59	2 681,53	1 665,43	8 898,69	1 383,79	659,70	6 343,03
...				-			-
	7 882,59	2 681,53	1 665,43	8 898,69	1 383,79	659,70	6 343,03
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				325,23			3 279,75
Variações nos inventários da produção				-			-

8. Réditos:

O rédito reconhecido pela Entidade em 31/12/2015 e em 31/12/2014 é detalhado conforme se segue:

9. Subsídios do Governo e apoios do Governo:

9.1. Política contabilística adotada para os subsídios do Governo, incluindo os métodos de apresentação adotados nas demonstrações financeiras:

Os subsídios recebidos estão reconhecidos no Capital Próprio, e serão imputados a rendimentos para balancear com os gastos que se pretende que eles compensem, conforme as indicações da NCRF n.º 22

Contas de Capital - Subsídios	01/01/2015	Reg Capital	Capital	Resultados	31/12/2015
Subsídio PIDDAC - Obra da Rotunda	360 217,80 €		- €	25 729,85 €	334 487,95 €
Subsídio POC - Obra da Rotunda	472 306,19 €		- €	33 736,15 €	438 570,04 €
IMTT - Protocolo Arquivo	107 276,84 €		- €	30 102,28 €	77 174,56 €
Subsídio Município Entroncamento	72 209,78 €		- €	4 774,20 €	67 435,58 €
QREN Armazém Viveres	1 657 334,22 €	- 67 725,29 €	115 403,59 €	- 68 011,95 €	1 637 000,57 €
Turismo Portugal - PIT Comboio Presidencial	151 748,21 €		- €	- €	151 748,21 €
Turismo Portugal - PIT Armazém Viveres	91 024,02 €		60 682,68 €	- 3 034,13 €	148 672,57 €
QREN Comboio Presidencial	1 123 773,49 €	50 130,60 €	- 17 783,83 €	- €	1 156 120,26 €
Projecto LOCLOUD	28 480,00 €		12 409,70 €	- 35 621,33 €	5 268,37 €
QREN - Rec. Of. Vapor Naves 14 e 15	907 777,94 €	17 594,69 €	165 039,49 €	- 35 011,40 €	1 055 400,72 €
QREN - Ruci Prog Atividades	84 608,70 €		56 699,78 €	- 116 708,48 €	24 600,00 €
Sub Invest Infraestruturas Portugal	- €		1 296 081,69 €	- 58 068,15 €	1 238 013,54 €
Total	5 056 757,19 €	- €	1 688 533,10 €	- 375 176,59 €	6 334 492,37 €

9.2. Natureza e extensão dos subsídios do Governo reconhecidos nas demonstrações financeiras e indicação de outras formas de apoio do Governo de que diretamente se beneficiou

Subsídios à Exploração

	2015	2014
CP, EP	128.333,14 €	128.333,15 €
REFER, EP	128.700,00 €	128.700,00 €
START	- €	41.917,31 €
EUROPEANA	- €	7.800,00 €
IMTT	87.480,00 €	- €
LOCLOUD	14.653,99 €	- €
IEFP	25.682,01 €	49.228,76 €
Donativos	- €	31.200,00 €
Total	384.849,14 €	387.179,22 €

10. Acontecimentos após a data do balanço:

10.1. Autorização para emissão:

- a) Data em que as demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão e indicação de quem autorizou;

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 20 de abril de 2016

10.2. Atualização da divulgação acerca de condições à data do balanço.

Indicação sobre se foram recebidas informações após a data do balanço acerca de condições que existiam à data do balanço. Em caso afirmativo, indicação sobre se, face às novas informações, foram atualizadas as divulgações que se relacionam com essas condições.

Nada a referir

10.3. Acontecimentos após a data do balanço que não deram lugar a ajustamentos.

Após a data do Balanço não houve conhecimento de eventos ocorridos que afetem o valor dos ativos e passivos das demonstrações financeiras do período.

11. Imposto sobre o rendimento:

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2012 a 2015 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão.

O Órgão de Gestão da Entidade entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 2010 a 2015.

Imposto sobre o Rendimento		
	2015	2014
Imposto corrente	-	6,68
Imposto diferido	-	-
	<u>-</u>	<u>6,68</u>

O imposto (IRC) do exercício ascende resulta da aplicação da taxa normal de imposto à atividade sujeita a IRC.

12. Instrumentos financeiros:

A Entidade desenvolve uma variedade de instrumentos financeiros, no âmbito da sua política de gestão, nomeadamente:

Clientes						
	Quantia Nominal		Imparidade		Valor líquido	
	2015	2014	2015	2014	2015	2013
Cientes Correntes						
Saldos não vencidos	138.135,06	10.992,16			138.135,06	10.992,16
Saldos vencidos:						
Até 180 dias						
De 180 a 360 dias						
Mais de 360 dias						
Cientes de Cobranças Duvidosas						
Saldos não vencidos						
Saldos vencidos:						
Até 180 dias						
De 180 a 360 dias						
Mais de 360 dias						
	<u>138.135,06</u>	<u>10.992,16</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>138.135,06</u>	<u>10.992,16</u>

Outras Contas a Receber		
	2015	2014
Fornecedores (saldos contrários)	2.175,79	1.054,78
Pessoal	835,13	
Adiant. e outras operações com o pessoal		
Empresas do Grupo e Participadas		
Outros accionistas		
Adiant. a fornecedores de investimentos		3.376,05
Devedores por acréscimo de rendimentos		
Juros a Receber		
Facturação a emitir		
Outros acréscimos de rendimentos	-	-
Outros Devedores	148.289,37	96.144,75
	<u>151.300,29</u>	<u>100.575,58</u>

Estado e Outros Entes Públicos		
	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Saldos Devedores		
IRC – A Recuperar	9,00	
IRC – Pagamento por Conta		
Retenção imposto s/ rend.		1.155,00
IVA - A Recuperar	2.212,13	1.189,97
Restantes Impostos	989,90	
Contribuição p/ Seg. Social	-	-
	<u>3.211,03</u>	<u>2.345,00</u>
Saldos Credores		
Corrente		
IRC - A Pagar		(6,68)
Retenção imposto s/ rend.	(3.548,00)	3.672,88
Retenção imposto s/ rend. - prestacional		
IVA - A Pagar		
Restantes Impostos		
Contribuição p/ Seg. Social	(8.548,18)	(8.417,41)
Contribuição p/ Seg.Social - prestacional		
	<u>(12.096,18)</u>	<u>(4.751,00)</u>
Não corrente		
Contribuição p/ Seg.Social - prestacional		
	<u>(12.096,18)</u>	<u>(4.751,00)</u>

Outras Contas a Pagar		
	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Não Correntes		
Clientes (saldos contrários)		
Pessoal		
Fornecedores de investimentos		
Adiantamentos por conta de vendas		
	<u>-</u>	<u>-</u>
Corrente		
Clientes (saldos contrários)	991,00	
Pessoal	7.024,05	1.456,66
Empresas do Grupo e Participadas		
Outros accionistas		
Fornecedores de investimentos	12.316,27	699.929,94
Adiantamentos por conta de vendas		
Credores por acréscimos de gastos		
Remunerações a pagar ao pessoal	50.816,43	59.546,93
Juros a liquidar		
Outros acréscimos de gastos		
Outros Credores	4.101,61	
	<u>75.249,36</u>	<u>760.933,53</u>
	<u>75.249,36</u>	<u>760.933,53</u>

Diferimentos		
	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Diferimentos de Rendimentos		
Cartão Refer	28.554,17	73.425,00
Cartão CP	86.368,33	
...		
	<u>114.922,50</u>	<u>73.425,00</u>

13. Fornecimentos e serviços externos:

A repartição dos fornecimentos e serviços externos nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014, foi a seguinte:

	<u>31/dez/15</u>	<u>31/dez/14</u>
Subcontratos	2.100,20	4.009,54
Serviços especializados	124.188,58	101.387,11
Materiais	8.737,25	11.061,68
Energia e fluidos	18.364,90	9.955,00
Deslocações, estadas e transportes	11.399,13	11.151,38
Serviços diversos	63.471,08	58.462,16
Rendas e alugueres	44.755,49	45.870,30
Comunicação	5.668,22	6.025,90
Outros	13.047,37	6.565,96
	<u>228.261,14</u>	<u>196.026,87</u>

14. Benefícios dos empregados:

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2015 foi de 31 (36 em 31/12/2014).

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Remunerações dos Órgãos Sociais	57.258,53	57.691,39
Remunerações do pessoal	259.739,48	264.045,91
Encargos sobre Remunerações	65.289,62	68.067,80
Seguro Ac. Trab. e Doenças Profi.	4.316,15	4.842,24
Estimativa para participação nos lucros	-	-
Outros gastos com Pessoal	65.956,52	32.989,63
	<u>452.560,30</u>	<u>427.636,97</u>

Na rubrica “Outros gastos com pessoal” estão compreendidos os gastos com subsídio de alimentação (29 431,88€); medicina no trabalho, formação e compensação final de contrato (33 356,81€)

Remuneração dos órgãos sociais

IDENTIFICAÇÃO	MANDATO	2015	2014
Conselho de administração			
Jaime Manuel Gonçalves Ramos – Presidente	2013-2016	57 258,53 €	57 691,39 €
José Manuel Ferreira Garcia – Vice-Presidente	2014-2017	-	-
Maria Isabel da Silva Marques Vicente – Vogal	2013-2016	-	-
Alberto Manuel de Almeida Diogo – Vogal	2012-2015	-	-
Jorge Manuel Alves Faria – Vogal	2013-2016	-	-
Conselho Fiscal			
Luísa Maria do Rosário Roque – Presidente	2006-2014	400,00 €	700,00 €
Maria Amélia Tavares Coito Marques Talesso – Vogal	2014-2017	-	-
Rosa Lopes, Gonçalves Mendes & Associados, SROC, Lda – Vogal e Revisor Oficial de Contas	2014-2017	4 200,00 €	4 200,00 €

15. Outros rendimentos e ganhos:

Os outros rendimentos e ganhos, nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014, foram como segue:

	<u>31/dez/15</u>	<u>31/dez/14</u>
Rendimentos suplementares	6.879,77	48.533,95
Venda de sucata	5.491,00	2.500,00
Outros	1.388,77	46.033,95
Descontos de pronto pagamento obtidos	-	-
Recuperação de dívidas a receber	-	-
Ganhos em inventários	-	-
Rendimentos e ganhos em subsidiárias e associadas	-	-
Rendimentos e ganhos nos restantes activos financeiros	-	-
Rendimentos e ganhos em inv. não financeiros	-	-
Correções relativas a períodos anteriores	195.954,34	
Subsídios para investimento	375.176,59	94.342,48
Outros rendimentos e ganhos	-	7,72
	<u>578.010,70</u>	<u>142.884,15</u>

16. Outros gastos e perdas:

Os outros gastos e perdas, nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014, foram como segue:

	<u>31/dez/15</u>	<u>31/dez/14</u>
Impostos	486,64	227,72
Descontos de pronto pagamento concedidos	-	-
Dívidas incobráveis	-	-
Perdas em inventários	-	-
Ganhos e perdas em subsidiárias e associadas	-	-
Gastos e perdas nos restantes activos financeiros	43,55	15,01
Gastos e perdas em inv. não financeiros	-	-
Outros gastos e perdas	1 050,79	3 784,47
	<u>1 580,98</u>	<u>4 027,20</u>

Entroncamento, 20 de abril de 2016

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho Administração



FUNDAÇÃO MUSEU NACIONAL FERROVIÁRIO
Azzamdo Ginesiof Machado Fundada em 17 de Novembro de 2003

Extrato de Acta nº 31/2016 da sessão do Conselho de Administração de

20-04-2016

Aos vinte dias do mês de Abril de dois mil e dezasseis, reuniu-se nas instalações da Fundação, no Entroncamento, o Conselho de Administração, sob a Presidência do Sr. Jaime Ramos, tendo estado presentes o Vice – Presidente Eng.º José Garcia e os Vogais Dr. Alberto Diogo e Dr. Jorge Faria.

Relatório de Atividades e Contas de 2015

O Conselho de Administração aprovou o Relatório de Atividades e Contas de 2015 e deliberou submeter ao Conselho Fiscal para parecer.

A Secretária do Conselho de Administração

Marta Godinho



Rosa Lopes, Gonçalves Mendes & Associados SROG, Lda.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

1/2
J

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras da **Fundação Museu Nacional Ferroviário – Armando Ginestal Machado (FMNF)**, as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2015 (que evidencia um total de ativo de 45 080 milhares de euros e um total de fundos patrimoniais de 44 683 milhares de euros, incluindo um resultado líquido do período negativo de 19 milhares de euros), a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações nos fundos patrimoniais e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Fundação, o resultado das suas operações, as alterações nos fundos patrimoniais e os fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.



Rosa Lopes, Gonçalves Mendes & Associados SROC, Lda.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

2/2

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

7. Em nossa opinião as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da **Fundação Museu Nacional Ferroviário – Armando Ginestal Machado (FMNF)**, em 31 de dezembro de 2015, e o resultado das suas operações, as alterações nos fundos patrimoniais e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal previstos para as Entidades do Setor Não Lucrativo (ESNL).

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

8. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do período.

Entroncamento, 20 de abril de 2016

O Revisor Oficial de Contas Executor

Jorge Manuel Rodrigues Pires (ROC n.º 1624)

Rosa Lopes, Gonçalves Mendes & Associados, SROC, Lda.
Representada pelo Sócio-Gerente

José de Jesus Gonçalves Mendes (ROC n.º 833)


RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

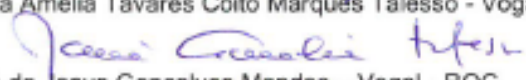
1. Nos termos das disposições legais e estatutárias vem o Conselho Fiscal apresentar o seu relatório e parecer sobre os documentos de prestação de contas referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2015, os quais nos foram oportunamente entregues pelo Conselho de Administração.
2. Acompanhámos a atividade durante o exercício, com a frequência e extensão que entendemos necessárias, em conformidade com o disposto nos Estatutos.
3. As demonstrações financeiras foram examinadas pelo Revisor Oficial de Contas, que, em consequência, emitiu o relatório anual de fiscalização e a Certificação Legal das Contas, documentos estes que, por merecerem a nossa concordância, são assumidos como parte integrante do presente relatório.
4. Em face do exposto, relevando as conclusões do Revisor Oficial de Contas, e não tendo tomado conhecimento de violação da lei e dos estatutos, somos de parecer que os documentos de prestação de contas apresentados pelo Conselho de Administração relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2015, satisfazem os preceitos legais e estatutários e refletem a situação patrimonial e financeira da **Fundação Museu Nacional Ferroviário – Armando Ginestal Machado**.
5. Sem afetar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para as seguintes situações:
 - 5.1 À Fundação impõe-se a procura de soluções com caráter regular de forma a garantir a sua sustentabilidade paralelamente à atividade do Museu Ferroviário.
 - 5.2 Não obstante já ter sido dado cumprimento parcial às retenções prevista nas Leis nº 55-A/2010 e nº 64-B/2011 ambas de 30 de dezembro, dando cumprimento ao disposto no despacho nº 113/2013 de 13 de janeiro, do Senhor Secretário de Estado da Administração Pública, tendo procedido à contabilização e débito a cada um dos titulares, importa ainda efetuar a cobrança dos valores indevidamente pagos, atentas as situações contestadas pelos visados.
 - 5.3 A Fundação ainda não promoveu ao ajustamento dos seus Estatutos conforme é preconizado no nº 4 do artº 6º da Lei nº 24/2012 de 9 de Julho (Lei-Quadro das Fundações).
6. Finalmente o Conselho Fiscal agradece ao Conselho de Administração toda a colaboração prestada no exercício das suas funções.

Entroncamento, 29 de abril de 2016

O CONSELHO FISCAL

Luísa Maria do Rosário Roque - Presidente


 Maria Amélia Tavares Coito Marques Talesso - Vogal


 José de Jesus Gonçalves Mendes – Vogal - ROC


 2016/04

